



25 DE JUNHO DE 2015

Quinta-feira

- PAÍS TEM MAIOR DESEMPREGO PARA MAIO DESDE 2010
- SEM OBRAS, PIB DA CONSTRUÇÃO DEVE CAIR 8,6%, PIOR RESULTADO EM 13 ANOS
- CÂMARA APROVA TEXTO-BASE DO PROJETO QUE REDUZ DESONERAÇÕES
- OPORTUNIDADE DE CRESCIMENTO
- ECONOMIA INFORMAL DEVE VOLTAR A CRESCER NO PAÍS
- ARRECADAÇÃO CAI 4% EM MAIO, PIOR RESULTADO PARA O MÊS EM 5 ANOS
- DESEMPREGO SOBE EM MAIO E ATINGE MAIOR PATAMAR PARA O MÊS EM 5 ANOS
- FABRICANTES MINEIROS DE BENS DE CAPITAL FECHAM AS PORTAS
- USIMINAS REDUZIRÁ SALÁRIOS DA SEDE EM BH
- ARCELORMITTAL INICIA PRODUÇÃO DE AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA NO BRASIL
- GERDAU NEGA TRANSFERÊNCIA DE PRODUÇÃO DE AÇO DO RS PARA SP
- COMITÊ DIRETIVO FIXA PRAZOS DE ENVIO DAS INFORMAÇÕES PELO eSOCIAL
- FUNCIONÁRIOS DA USIMINAS APROVAM REDUZIR SALÁRIO E CARGA HORÁRIA
- VALE PODE VENDER ATÉ 30% DE DIVISÃO EM IPO
- AUTOPEÇAS: DÉFICIT ATÉ MAIO SUPERA US\$ 2,9 BI
- GOVERNO LANÇA PROGRAMA NACIONAL DE EXPORTAÇÕES
- VOLKSWAGEN FECHARÁ TERCEIRO TURNO NO ABC
- ATIVIDADE CONTINUA DESAQUECIDA NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO
- REDUÇÃO DE BUROCRACIA PARA EXPORTAÇÕES DIMINUIRÁ CUSTOS DA INDÚSTRIA, AVALIA PRESIDENTE DA CNI
- JUROS FUTUROS SOBEM APÓS NÚMEROS DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA
- INVESTIMENTOS BRASILEIROS NOS EUA CRESCEM MAIS DE 200% EM 5 ANOS

- **FENACON SUGERE ALTERAÇÕES NA LEI GERAL DAS MPES**
- **RENDA MÉDIA DO BRASILEIRO CAI 1,9% EM MAIO, MOSTRA IBGE**

CÂMBIO EM 25/06/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,111	3,112
Euro	3,483	3,484

Fonte: BACEN

País tem maior desemprego para maio desde 2010

25/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do país foi de 6,7% em maio, o quinto aumento consecutivo, informou o IBGE nesta quinta-feira (25). Foi o maior resultado para o mês desde 2010 (7,5%). Em maio do ano passado, a taxa de desemprego foi de 4,9% e, em abril deste ano, ficou em 6,4%.

A taxa de desemprego tem sido pressionada neste ano pelo menor número de pessoas empregadas e o aumento da procura por emprego. A menor procura por vagas foi um dos responsáveis por manter a taxa de desemprego baixa em 2014. O IBGE só considera desempregado quem efetivamente procura emprego.

Esse quadro de piora de maio havia sido antecipado pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), com o fechamento de 115 mil vagas, pior resultado para o mês desde 1992.

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) deixará de ser divulgada e será substituída no ano que vem pela Pnad Contínua, de abrangência nacional.

Sem obras, PIB da construção deve cair 8,6%, pior resultado em 13 anos

25/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O enfraquecimento da economia e a queda nos investimentos de infraestrutura, aliados aos efeitos da Operação Lava Jato, têm arrastado o setor da construção civil para uma onda de demissões em massa, recuperação judicial e inadimplência.

Até o fim do ano, se não houver nenhuma reversão, o setor deverá amargar uma queda de 8,6% do Produto Interno Bruto (PIB) – o pior, pelo menos, dos últimos 13 anos.

“Sem dúvida, o resultado terá impacto no crescimento econômico do País. Se nada acontecer, poderemos sair de uma recessão para uma depressão”, afirma o economista

Gesner Oliveira, sócio da GO Associados, responsável pelo Boletim Trimestral da Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas (Apeop). Ele explica que, num quadro de depressão, a queda na taxa de crescimento do país é acompanhada da desmobilização do parque produtivo.

“E é o que está começando a ocorrer, com empresas fechando as portas”, afirma o presidente da Apeop, Luciano Amadio.

Nos últimos 12 meses, o setor fechou 274 mil vagas de emprego formal. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que considera empregos formais e informais, o setor já demitiu 609 mil pessoas em um ano.

Nada garante que esse movimento será interrompido em breve. Pelo contrário, a expectativa é que continue nesse ritmo, pois não há novas obras para dar impulso ao caixa das empresas, afirmam os representantes da Apeop.

Além do ajuste fiscal, que derrubou os investimentos públicos em infraestrutura, poucos projetos do novo pacote de concessão, recém lançado pelo governo federal, deverão sair do papel neste ano.

Junta-se a isso o recuo nas atividades do governo de São Paulo. Pelos dados do Boletim Trimestral da Apeop, no ano passado, o investimento total do governo paulista caiu 16% no ano passado.

“Neste momento de crise, São Paulo deveria assumir um papel de protagonismo para ajudar o País a atravessar a crise. Mas o que vemos são vários projetos parados e nenhuma iniciativa para incrementar os investimentos”, reclama Luciano Amadio.

Numa pesquisa feita pela GO Associados, 93% das empresas afirmaram que houve redução nas licitações paulista do primeiro semestre de 2015. Outras 33% afirmaram que houve algum tipo de atraso nos pagamentos.

De acordo com a Apeop, algumas iniciativas do governo do Estado poderiam acelerar os investimentos em infraestrutura, como a concessão de linhas de trens metropolitanos da CPTM, trens inter-cidades e pátios de estacionamento e reforma, ampliação e modernização de escolas de ensino fundamental, entre outras alternativas. “Esses ativos seriam de interesse do setor privado por causa do baixo risco de demanda a eles associados”, aponta o relatório da GO Associados.

Pesquisa

A falta de perspectiva de novas obras tem abalado a confiança dos empresários. Para 59% das empresas entrevistadas no setor, as expectativas da economia nacional para os próximos três meses pioraram muito desde o primeiro trimestre.

O mesmo sentimento foi transferido para dentro das empresas. No fim do ano passado, 18% das companhias acreditavam que as receitas diminuiriam neste ano. Agora 48% acreditam que o faturamento vai cair.

Para 56% delas, os investimentos serão reduzidos nos próximos 12 meses.

“A única variável que pode impedir que o País entre numa depressão é o investimento. Portanto, acelerar as concessões neste momento será uma decisão estratégica”, afirma Gesner Oliveira. “É preciso proteger o investimento e reduzir o custeio.”

Câmara aprova texto-base do projeto que reduz desonerações

25/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A Câmara dos Deputados aprovou na madrugada desta quinta-feira (25) o texto principal do projeto de lei que reverte a política de desonerações da folha de pagamentos para 56 setores da economia, a última medida em tramitação no Congresso do ajuste fiscal proposto pelo governo para equilibrar as contas públicas.

Os destaques apresentados ao projeto de lei deverão ser analisados ainda nesta quinta, informou a Agência Câmara Notícias.

O texto original do governo previa elevar de 1% para 2,5% a alíquota de contribuição previdenciária sobre a receita bruta para a indústria, e de 2% para 4,5% a alíquota para empresas de serviços dos setores afetados.

O substitutivo apresentado pelo deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), no entanto, aumenta a taxa de 2% para 3% no caso dos setores de call center e de transportes rodoviários, ferroviários e metroviários de passageiros, segundo a agência.

Na faixa de alíquota de 1%, por outro lado, haverá um aumento menor, para 1,5%, nas empresas jornalísticas, de rádio e TV; no setor de transporte de cargas; no transporte aéreo e marítimo de passageiros; nos operadores de portos; no setor calçadista; e na produção de ônibus.

Impacto

O Ministério da Fazenda, que afirma que a política de desoneração da folha adotada no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff mostrou-se ineficaz, estima que, caso a legislação atual não seja alterada, a renúncia fiscal com a desoneração da folha neste ano será de R\$ 25,2 bilhões em 2015.

A intenção do governo com o projeto de lei, ainda de acordo com a Fazenda, era reduzir este montante em R\$ 12 bilhões.

O projeto de lei que reverte a política de desonerações é o último a ser apreciado pelos parlamentares entre o pacote de medidas de ajuste fiscal enviado pelo governo na tentativa de equilibrar as contas.

Antes dele, foram aprovadas pelo Congresso as MPs 664, que alterou as regras de acesso a benefícios previdenciários, e 665, que modificou regras de acesso ao seguro-desemprego.

O governo também tentou modificar as desonerações na folha por meio de MP, no entanto, a medida provisória foi devolvida ao Executivo pelo presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), em fevereiro, o que fez com que o Planalto enviasse a mesma medida ao Legislativo na forma do projeto de lei 863, que tramita em regime de urgência.

Oportunidade de crescimento

25/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O Programa de Investimento em Logística (PIL) 2015, que promove concessões à iniciativa privada de obras públicas, foi orçado em R\$ 198 bilhões e seu (re)lançamento pelo governo federal busca modernizar a infraestrutura do país, bem como responder à desaceleração econômica brasileira.

Deste montante, R\$ 11 bilhões serão destinados para o estado do Paraná, que terá obras de construção e reformas rodoviárias, totalizando R\$ 8 bilhões. Os contratos no Porto de Paranaguá consumirão mais de R\$ 2 bilhões, e ainda estão previstos investimentos ferroviários de cerca de R\$ 1,1 bilhão.

Há urgência de investimentos na infraestrutura logística do Paraná, situação que se torna ainda mais crítica pelo papel essencial que o estado tem no transporte e escoamento da produção (principalmente agropecuária) das regiões Sul e Centro-Oeste.

Em todos os modais são necessárias revitalizações e construções, como a melhora da malha rodoviária, a construção de ferrovias, o investimento hidroviário e, ainda, reformas no Porto de Paranaguá.

Mas, se o governo afirma que há dinheiro, por que as obras quase nunca saem do papel? Dos nove trechos de rodovias e 10 mil quilômetros de ferrovias anunciados no PIL em 2012, apenas seis trechos foram leiloados e nenhum quilômetro de ferrovia apareceu.

Se o governo afirma que há dinheiro, por que as obras quase nunca saem do papel?

Os problemas não são orçamentários, mas sim burocráticos, legais, tributários e de corrupção (por que não?). Além disso, há a disputa na escolha das obras para abarcar este ou aquele projeto, "eleito" como prioridade. O maior entrave alegado pelo governo é a outorga das concessões, com exigências que afastaram interessados. E agora são estudadas novas maneiras para que o mesmo erro não se repita.

Deste quadro, algumas implicações merecem comentários. A primeira é a de que, se por algum milagre tais concessões e obras saírem do papel, os benefícios para a população e para a economia brasileira serão extremamente positivos, como nunca antes visto.

Um segundo ponto é o combate à inexecução dos projetos. Problemas burocráticos, legais e de desvios de verba assolam há décadas as obras públicas brasileiras. Assim, um maior controle e mais fiscalização dos repasses e uso das verbas são necessários para que exista segurança financeira nos investimentos.

Ainda urge um reexame da maneira como funciona o enquadramento regulatório das obras, bem como uma desburocratização dos processos, de forma a retirar da população o ônus da inexecução. Como exemplos, temos as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e rodovias nunca construídas, entre outros inúmeros projetos.

O jogo político é outro entrave, vez que as obras abarcadas pelo PIL (ou qualquer outro programa) dependem de lobby e de interesses nos bastidores. O desenvolvimento do Brasil fica à mercê desses fatores, em vez de ser efetivado de maneira objetiva e equânime. Apesar de sua representatividade política atual, o Paraná recebeu atenção considerável no PIL.

Apesar desses fatores negativos e do histórico de descaso quanto às concessões e obras, são aguardadas medidas firmes do governo para que o PIL seja cumprido e não fique

somente nas intenções, vez que o país está em recessão e a inexecução do PIL só agravará a situação. Ou seja, há esperança de que as licitações e concessões sejam efetivadas com vistas ao desenvolvimento nacional.

Christian Menin é advogado e atua na área de Direito Público.

Economia informal deve voltar a crescer no país

25/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Depois de dez anos de quedas consecutivas, a participação da economia informal na soma de todas as riquezas produzidas no país, o Produto Interno Bruto (PIB), deve voltar a crescer nos próximos dois anos por conta do forte ajuste na atividade econômica que já tem reflexos no aumento do desemprego.

No ano passado, a economia informal movimentou R\$ 826 bilhões ou 16,1% do PIB, uma fatia 0,2 ponto percentual menor do que em 2013.

Desde 2003 a informalidade da economia está em queda livre, segundo o Indicador de Economia Subterrânea (IES) calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) a pedido do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO).

“Pelo ajuste que está sendo feito, muito provavelmente o que deve ocorrer nos dois próximos anos é um aumento da informalidade. Trata-se de um ajuste muito profundo que está ocorrendo na economia”, afirma Samuel Pessoa, pesquisador do Ibre/FGV e responsável pelo indicador.

No último ano, a IES, que é termômetro da atividade econômica fora dos registros formais e que pretende captar, além da informalidade, a pirataria, a sonegação de impostos, entre outros expedientes, teve um recuo muito pequeno comparado a períodos anteriores.

Em 2003, quando o indicador começou a ser calculado, a informalidade respondia por 21% do PIB, cinco pontos percentuais acima da participação registrada no ano passado. De lá para cá, houve quedas expressivas em praticamente todos os anos, exceto em 2009.

Naquele ano, por causa da crise financeira internacional, o indicador recuou 0,2 ponto percentual. Foi a mesma retração registrada no ano passado.

Essa quase estagnação na fatia da informalidade no PIB é um indício de que o processo de redução ocorrido nos últimos dez anos deve começar a ter uma reversão.

“A redução da economia subterrânea está se dando mais vagarosamente”, observa o presidente executivo do ETCO, Evandro Guimarães.

Ele pondera que nenhum país deixa de ter uma parte da economia na informalidade. Mas ressalta que 16% é participação muito alta da economia informal no PIB e que há um grande espaço para a formalização. “Equivale ao PIB da Argentina”, compara.

Arrecadação cai 4% em maio, pior resultado para o mês em 5 anos

25/06/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo



Mesmo com o aumento de alguns tributos determinados pelo governo neste ano, as receitas federais com impostos e contribuições caíram 4% em maio ante maio do ano passado, somando R\$ 91,5 bilhões.

Segundo informou a Receita Federal nesta quinta-feira (25), esse é o pior resultado para o mês desde 2010. De janeiro a maio, a arrecadação foi de R\$ 510,1 bilhões, resultado quase 3% menor do que o registrado em igual período do ano passado.

Trata-se do segundo mês consecutivo de queda no recolhimento de tributos, sobretudo nos que incidem sobre lucro das empresas, que estão produzindo e comercializando a um ritmo menor.

O recolhimento de imposto de renda da pessoa jurídica recuou R\$ 1,7 bilhão ante maio do ano passado. A CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) caiu R\$ 840 milhões.

No acumulado do ano, a queda na arrecadação desses dois tributos, que têm como base o faturamento das empresas, soma mais de R\$ 7 bilhões.

Em volume, os setores que tiveram maior baque na arrecadação desses tributos foram o de eletricidade, comércio atacadista e de telecomunicações.

Outros impostos que apresentaram queda expressiva, de R\$ 3,1 bilhões de janeiro a maio, foram PIS e Cofins.

DESONERAÇÕES

Neste ano, o governo já deixou de arrecadar R\$ 47,1 bilhões em impostos com sua política de desonerações, valor 18% maior que a renúncia fiscal desse mesmo período no ano passado.

O governo tem tentado pisar o freio nessa política, mas encontrou resistência do Congresso, que só ontem aprovou o projeto de lei que reduz a desoneração da folha de salários.

Até maio, apenas com desoneração da folha, o governo abriu mão de R\$ 9,3 bilhões. A receita previdenciária caiu R\$ 4,5 bilhões.

Desemprego sobe em maio e atinge maior patamar para o mês em 5 anos

25/06/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo



A taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do país foi de 6,7% em maio, o quinto aumento consecutivo, informou o IBGE nesta quinta-feira (25).

Trata-se da maior taxa desde julho de 2010 (6,9%), retornando, portanto, ao período anterior ao do primeiro governo Dilma Rousseff (2011 a 2014).

Considerando meses de maio, é a maior taxa desde 2010 (7,5%).

Infográfico Taxa de desemprego em maio de 2015 - Crédito: Editoria de Arte/Folhapress
A taxa de desemprego registrada em maio deste ano supera, portanto, a do mesmo mês do ano passado (4,9%) e a registrada em abril deste ano (6,4%).

Para o IBGE, contudo, a taxa ficou "estatisticamente estável" em relação a abril deste ano.

Até então, a maior taxa de desemprego do governo Dilma tinha sido registrada no início de seu primeiro mandato, em março de 2011 (6,5%).

Mais de uma vez, a presidente Dilma se referiu ao baixo desemprego recorde no Brasil como uma prova do sucesso de suas políticas econômicas.

Durante campanha eleitoral no Rio, em 20 de outubro do ano passado, a presidente disse que as eleições colocavam de lados apostos "os que defendem os empregos" e "os que desempregaram".

O resultado foi ligeiramente acima do esperado por economistas consultados pela agência Bloomberg, que projetavam em média uma taxa de 6,6% para o mês. O mercado de trabalho foi um dos últimos a ceder na atual crise. A taxa de desemprego tem sido pressionada neste ano pelo menor número de pessoas empregadas e o aumento da procura por emprego.

A menor procura por vagas foi um dos responsáveis por manter a taxa de desemprego baixa em 2014. O IBGE só considera desempregado quem efetivamente procura emprego. O quadro de piora de maio havia sido antecipado pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), que registrou o fechamento de 115 mil vagas formais, pior resultado para o mês desde 1992.

DESOCUPAÇÃO

A população desocupada (desempregada) foi de 1,6 milhão de pessoas em maio, estável em relação a abril e 38,5% maior do que maio de 2014. Já a população ocupada (empregada) foi de 22,8 milhões, estável em ambas as comparações, segundo informou o IBGE nesta quinta-feira.

Já o rendimento real habitual dos trabalhadores foi de R\$ 2.117,10 caiu 1,9% em relação a abril (R\$ 2.158,74) e 5% frente a maio de 2014 (R\$ 2.229,28).

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) deixará de ser divulgada e será substituída no ano que vem pela Pnad Contínua, de abrangência nacional.

Fabricantes mineiros de bens de capital fecham as portas

25/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Após ter registrado em abril os piores índices de produção da história, com o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) em 68,2%, a indústria brasileira de bens de capital contabilizou em maio resultados ainda piores, já que o indicador caiu para 65,7%.

Diante do quadro desfavorável e da falta de perspectiva para o futuro próximo, algumas empresas do setor em Minas já começaram a encerrar as atividades, segundo a direção regional da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq Minas).

"Saímos de um processo de desindustrialização para a total quebra das empresas. Temos informação de algumas que fecharam as portas e muitas que ainda estão resistindo operam com quadro de funcionários bastante reduzido", afirma o diretor regional da entidade, Marcelo Luiz Veneroso.

Ele lembra que o termo "desindustrialização" vem sendo citado pelo setor desde a crise de 2008, quando cerca de 60% do que era comercializado no Brasil era produzido internamente e 40% no exterior. Agora, mais de 75% vêm de fora e somente 25% são fabricados aqui.

"Hoje, temos um mercado interno desaquecido e também uma redução das exportações e das importações. Mas o pior mesmo é a falta de perspectivas, o que indica um total descaso por parte do governo em relação ao setor", reclama.

Perfil - A situação no Estado é ainda mais grave, conforme ele, porque a maior parte das indústrias instaladas em Minas atende a segmentos muito afetados pela retração econômica, como siderurgia, mineração e óleo e gás.

"Não há mais para onde correr. Tenho informação de empresas mineiras, de médio e grande portes, em situação deficitária, com risco de entrar em recuperação judicial", acrescenta Veneroso.

Diante deste quadro, as estimativas da Abimaq apontam para queda de 7% no faturamento do setor no País no fechamento de 2015 em relação ao ano passado. E em Minas as expectativas são ainda mais pessimistas, uma vez que o recuo pode chegar a cerca de 15% na mesma base de comparação.

"Não sabemos até quando o setor produtivo aguenta essa situação. No Brasil, o grande problema é a falta de competitividade. O dólar mais caro não surtiu efeito nas exportações, que continuam em queda. Além disso, os juros são altos, os financiamentos inexistentes e não temos uma política fiscal favorável", ressalta o dirigente.

Emprego - Como não poderia ser diferente, o nível de emprego no setor vem caindo consideravelmente. Desde 2011, o número de pessoas ocupadas na indústria de bens de capital tem sido reduzido e em 2015 as demissões vêm se acentuando ainda mais. Para se ter uma ideia, conforme a Abimaq, nos últimos 12 meses, o setor reduziu em 4,8% o nível de emprego, totalizando o corte de 25.538 postos de trabalho.

Em Minas, conforme Veneroso, a entidade tem recebido consultas freqüentes por parte de empresas interessadas em buscar alternativas legais para reduzir os gastos com folha de pagamento, sem ter que demitir em massa. Entre as alternativas estariam a concessão de férias coletivas e planos de demissão voluntária.

"Se uma empresa tinha 50 funcionários e hoje funciona com apenas dez, podemos dizer que ela está perto de fechar as portas. Além disso, algumas deixaram de produzir máquinas e se tornaram prestadoras de serviço, fazendo manutenção dos equipamentos, por exemplo. "Mudar os rumos do negócio para sobreviver", lamenta.

Usiminas reduzirá salários da sede em BH

25/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A polêmica proposta da Usiminas de reduzir a jornada e os salários de aproximadamente 3 mil funcionários da área administrativa, foi aceita pelos empregados que atuam no escritório da empresa e de sua subsidiária Usiminas Mecânica, em Belo Horizonte. No entanto, nas usinas de Ipatinga e Cubatão ainda não há sinal de acordo.

Em nota, a siderúrgica informou que a medida foi aprovada ontem em assembleia convocada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Prevista para entrar em vigor a partir de julho (a data ainda não está definida), as mudanças visam, segundo a empresa, preservar "ao máximo as equipes de trabalho, diante da atual crise econômica da cadeia do aço".

Na assembleia, ficou acordado também que haverá garantia de manutenção do emprego para, no mínimo, 95% dos empregados administrativos durante o tempo de vigência da medida (três meses, podendo ser renovado por mais três, conforme previsto em lei).

No Vale do Aço, a reunião entre representantes da empresa e do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (Sindipa) que estava prevista para ontem não aconteceu.

Um novo encontro está agendado para hoje. Mas tudo indica que um acordo está longe de ser firmado, já que o sindicato local não aceita negociar o corte salarial.

"As justificativas apresentadas pela empresa para os cortes não convencem. O trabalhador já vem sendo penalizado pelo governo e perdeu 7% do seu poder de compra desde novembro do ano passado", afirmou o diretor do Sindipa, Waldison Camilo.

Pela proposta, os empregados das áreas administrativas deixarão de trabalhar um dia útil por semana, com redução de salário proporcional.

Mercado - Por outro lado, a Usiminas informou que mantém abertas as negociações com ambos os sindicatos (Ipatinga e Cubatão), visando manter o máximo possível a sua força de trabalho. Para a empresa, a proposta deveria ser avaliada pelos empregados administrativos diante da falta de perspectiva de uma recuperação mais consistente do mercado.

A mesma proposta foi aprovada pelos trabalhadores da área administrativa da Mineração Usiminas S/A (Musa). Conforme informações da companhia, a medida, cuja data de efetivação ainda será definida, foi aprovada por mais de 90% dos trabalhadores da planta industrial, em Itatiaiuçu (RMBH), e do escritório da mineradora na capital mineira.

A decisão foi tomada em assembleias convocadas pelos sindicatos da categoria.

Em nota, a Usiminas justificou a medida alegando que ela se faz necessária diante da

grave crise que atinge as siderúrgicas nacionais. A empresa citou, ainda, o fato de uma das principais consumidoras de aços planos, a indústria automotiva, ter registrado redução de 19% na produção nos cinco primeiros meses desse ano.

Anfavea - Também consta no comunicado que, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), foram fabricados 1,09 milhão de veículos, o volume mais baixo em oito anos. Já a produção de máquinas agrícolas teve uma queda ainda maior, de 23% no período.

Já o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda) divulgou que as vendas de aços planos caíram 18% de janeiro a maio, em relação ao mesmo período do ano de 2014.

Além da redução da jornada, o grupo anunciou em maio o desligamento de dois altos-fornos, instalados nas unidades de Ipatinga e Cubatão (SP). A siderúrgica deixará de produzir aproximadamente 120 mil toneladas de ferro-gusa/mês.

O desligamento do alto-forno nº 1 da usina em Ipatinga está programado para 4 junho. Já o equipamento em Cubatão foi abafado em 31 de maio. A Usiminas é a maior produtora de aços planos do País.

A companhia conta com uma capacidade instalada de 9 milhões de toneladas de aço bruto anualmente em seus dois complexos siderúrgicos.

Arcelormittal inicia produção de aço de alta resistência no Brasil

25/06/2015 - Fonte: Reuters

Após 17 meses de preparação e um investimento de R\$ 15 milhões, a ArcelorMittal inicia a produção de seu aço de alta resistência Usibor no Brasil: a usina de Vega, localizada na cidade de São Francisco do Sul (SC), entrega a primeira bobina do insumo destinado à indústria automotiva.

Segundo a empresa, a estimativa é de que a partir de 2016, a produção alcance volume equivalente a 100 mil toneladas por ano. A decisão de produzir localmente o aço de alta resistência – combinação do aço ao boro revestido de alumínio-silício (AlSi) – partiu da necessidade do mercado brasileiro em seguir novas tendências globais, a partir da localização de novas plataformas, ao mesmo tempo em que deve cumprir as exigências do Inovar-Auto, que estimula a produção de veículos mais leves para atingirem o novo índice de eficiência energética.

A adoção do aço de alta resistência já é uma realidade no Brasil: caso dos novos Ford Ecosport e o Volkswagen Up!, que foram concebidos com o Usibor, indicado principalmente para a produção de peças estruturais críticas para a segurança dos veículos. Ambos os modelos foram avaliados com nota máxima no crash test do Latin NCAP em 2013.

“É muito clara a tendência do aumento do uso do aço de alta resistência nas plataformas globais. Já estamos trabalhando em conjunto com as montadoras em projetos que serão lançados em 5 anos e isso inclui diversas inovações, como a criação do aço de 3ª geração, também de alta resistência”, comenta André Munari, gerente de vendas para o setor automotivo da ArcelorMittal, em entrevista exclusiva à Automotive Business.

A empresa projeta aumento dos atuais 6% para 25% de utilização de aços de alta resistência nos veículos brasileiros até 2025. Munari conta ainda que a ArcelorMittal apresentará este ano suas aplicações também para veículos pesados, tendência que deve começar pela Europa.

Gerdau nega transferência de produção de aço do RS para SP

25/06/2015 - Fonte: Valor Econômico

A Gerdau contestou nesta quarta-feira a informação do Sindicato dos Metalúrgicos de Charqueadas (RS) de que parte da produção da aciaria da usina de aços especiais da cidade está sendo transportada para outras siderúrgicas do grupo no país.

Conforme a assessoria da empresa, na verdade, o grupo tem transferido aço de São Paulo para Charqueadas.

Além da unidade no Rio Grande do Sul, a Gerdau produz aços especiais em Pindamonhangaba e Mogi das Cruzes, em São Paulo. Na usina gaúcha, os contratos de trabalho de 100 funcionários serão suspensos por cinco meses a partir de julho.

Comitê Diretivo fixa prazos de envio das informações pelo eSocial

25/06/2015 - Fonte: JusBrasil

Foi publicada no Diário Oficial de hoje, 25-6, a Resolução 1 do CD-eSocial – Comitê Diretivo do eSocial, de 24-6-2015, que fixa o cronograma de implantação do eSocial, conforme a seguir:

1) A transmissão dos eventos do empregador com faturamento no ano de 2014 acima de R\$ 78.000.000,00 deverá ocorrer:

- a) a partir da competência setembro de 2016, obrigatoriedade de prestação de informações por meio do eSocial, exceto as relacionadas na letra "b";
- b) a partir da competência janeiro de 2017, obrigatoriedade da prestação de informação referente à tabela de ambientes de trabalho (evento S-1060), comunicação de acidente de trabalho (evento não periódico S-2210), monitoramento da saúde do trabalhador (evento não periódico S-2220) e condições ambientais do trabalho (evento não periódico S-2240).

2) A transmissão dos eventos para os demais obrigados ao eSocial deverá ocorrer:

- a) a partir da competência janeiro de 2017, obrigatoriedade de prestação de informações por meio do eSocial, exceto as relacionadas na letra "b";
- b) a partir da competência julho de 2017, obrigatoriedade da prestação de informação referente à tabela de ambientes de trabalho (evento S-1060), comunicação de acidente de trabalho (evento não periódico S-2210), monitoramento da saúde do trabalhador (evento não periódico S-2220) e condições ambientais do trabalho (evento não periódico S-2240).

O tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a ser dispensado às ME – Microempresas e EPP – Empresas de Pequeno Porte, ao MEI – Micro-Empreendedor Individual com empregado, ao empregador doméstico, ao segurado especial e ao pequeno produtor rural pessoa física será definido em atos específicos observados os prazos previstos anteriormente.

Funcionários da Usiminas aprovam reduzir salário e carga horária

25/06/2015 - Fonte: Valor Econômico

A siderúrgica Usiminas avançou mais um passo em seu plano de reduzir salário e carga horária de parte de seus funcionários. Assembleia convocada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem aprovou nesta quarta-feira a proposta da empresa.

A aprovação afetará cerca de 500 empregados do setor administrativo do escritório central da Usiminas e Usiminas Mecânica, em Belo Horizonte.

O novo regime de trabalho, que criará uma semana de quatro dias úteis e redução de 14% a 16% dos salários, começa em julho. O dia não foi definido ainda.

A empresa quer colocar 3 mil funcionários sob a nova regra em Ipatinga, Cubatão e Belo Horizonte. Em todo o Brasil, a empresa tem 20 mil funcionários.

De acordo com a direção da Usiminas, a medida é uma forma de evitar demissões nesse momento de retração da economia e queda da demanda por aço plano, especialidade da siderúrgica mineira.

A indústria de automóveis e de autopeças, que também sente de forma aguda a crise, é um dos principais consumidores de aços planos.

Na semana passada, a Usiminas anunciou que dois sindicatos que reúnem funcionários da Mineração Usiminas em Itatiaiuçu (MG) e Belo Horizonte haviam aceitado proposta de redução de jornada e de salário.

Mas os maiores sindicatos de trabalhadores da Usiminas, o dos metalúrgicos de Ipatinga e de Cubatão rejeitam a ideia.

A direção do sindicato de Ipatinga vem dizendo que os funcionários já estão com salários achatados, que há um acúmulo de horas extras por causa do excesso de trabalho e da equipe já menor do que seria preciso e que a empresa tenta aproveitar momento de crise para enxugar seus custos e ampliar seus ganhos.

O que a Usiminas vem cobrando dos sindicatos é que eles submetam a proposta a uma assembleia de trabalhadores nessas duas bases.

Na negociação com o sindicato de Belo Horizonte, a Usiminas incluiu no acordo um termo que garante estabilidade de emprego de no mínimo 95% dos funcionários afetados pela medida enquanto está estiver em vigor.

O novo regime pode durar três meses e ser renovado por mais três.

Essa garantia de emprego também passou a ser ofertada aos funcionários de Ipatinga e Cubatão. A redução de salário e jornada precisa ser aprovada pelos funcionários em assembleia.

A empresa desativou, há algumas semanas, dois fornos nessas cidades.

Vale pode vender até 30% de divisão em IPO

25/06/2015 - Fonte: Valor Econômico

A possível oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) que a Vale está preparando para sua área de metais não ferrosos deve vender de 25% a 30% da divisão no mercado canadense, se realmente se concretizar.

Rogério Nogueira, diretor de relações com investidores da companhia, disse ontem que realizar a operação ou não segue dependendo dos preços das commodities e da aprovação do conselho de administração.

Em reunião com investidores e analistas organizada pela Apimec em São Paulo, o executivo informou que, por outro lado, os processos e a estrutura da unidade já estão sendo unificados para funcionarem separadamente do resto do grupo, mesmo que o IPO não ocorra.

"Vamos fazer a oferta apenas se de fato conseguirmos criar valor, não estamos fazendo isso para gerar caixa", afirmou.

Durante o evento, o executivo disse também que a empresa trabalha para reduzir ainda mais seu orçamento para este ano.

A meta anterior de US\$ 9 bilhões em investimentos deve ficar menor, caindo para um patamar entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9 bilhões. Até 2018, a intenção é diminuir ainda mais esse volume, para US\$ 4 bilhões. As projeções consideram um dólar médio de R\$ 3.

Nogueira também comentou que a emissão de ações sem direito a voto de uma empresa controlada, já anunciada pela Vale anteriormente, está em fase avançada de negociações e deve ocorrer no terceiro trimestre deste ano.

De acordo com ele, a oferta provavelmente será lançada em um a dois meses. A ideia é fazer uma colocação privada de um ativo operacional no Brasil, que Nogueira não quis revelar, que garanta um direito de resgate em 10 anos para a companhia.

A venda faz parte do programa de venda de ativos da Vale e a expectativa é que gere US\$ 1,5 bilhão em caixa.

Além das outras iniciativas - como a oferta de ações da área de não ferrosos, a venda de navios Valemax, entre outros -, o executivo disse que a empresa também tem analisado mais ativos para alienar. O objetivo é levantar de US\$ 6 bilhões a US\$ 7 bilhões no total com a venda de ativos neste ano.

Sobre os preços do minério de ferro, o diretor de relações com investidores afirmou que a Vale prefere não divulgar mais projeções de curto prazo. Segundo ele, a premissa da companhia é a de que a instabilidade vai seguir como regra durante o segundo semestre.

A mineradora ainda aposta no fechamento de minas de alto custo - principalmente na China - para que, no longo prazo, a cotação suba e se estabilize.

Também ontem, o Credit Suisse aumentou sua projeção de preço para o minério em 2015, para US\$ 56 por tonelada, devido à recente alta impulsionada pelo processo de reposição de estoques na China.

No entanto, o banco crê que no quarto trimestre a média da cotação já será de US\$ 45, nível que deve se manter durante 2016 como um todo.

A expectativa é que a recuperação posterior não seja tão relevante, já que a instituição prevê patamar de US\$ 50 até 2019. Matt Hope, que assinou o relatório, disse que aguarda excesso de oferta da commodity no mercado transoceânico de 252 milhões de toneladas em 2018.

Autopeças: déficit até maio supera US\$ 2,9 bi

25/06/2015 - Fonte: Valor Econômico

De janeiro a maio deste ano, o déficit na balança comercial de autopeças somou US\$ 2,92 bilhões. O valor é 30,9% menor que o saldo negativo registrado nos mesmos meses de

2014, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) consolidados pelo Sindipeças, entidade que reúne os fabricantes do setor de componentes automotivos.

O envio de componentes caiu 10,4%, para US\$ 3,13 bilhões. As importações tiveram redução de 21,6% e somaram US\$ 6,05 bilhões.

A Argentina se mantém como principal destino das exportações de autopeças brasileiras, mas os embarques para o país vizinho (de US\$ 1,08 milhão) encolheram 13,3% no confronto com os mesmos cinco meses de 2014.

Para a Alemanha, quarto maior destino dos itens brasileiros, os embarques recuaram 23,1% no período. Para Estados Unidos e México (segundo e terceiro maiores destinos) houve pequenas retrações de 2,2% e 3,5%, respectivamente.

Os Estados Unidos permanecem como maior fornecedor de componentes automotivos para o Brasil, mas os US\$ 745,1 milhões de autopeças trazidas daquele mercado implicaram retração de 16,1% ante os mesmos meses do ano passado.

A Alemanha também ocupa o quarto posto em fornecimento ao Brasil e nesse caso teve queda ainda mais elevada, de 33,2%.

De janeiro a maio de 2014 haviam entrado quase US\$ 900 milhões em componentes alemães, mas nos mesmos meses deste ano foram pouco mais de US\$ 600 milhões.

Governo lança Programa Nacional de Exportações

25/06/2015 - Fonte: Automotive Business



O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Armando Monteiro Neto, lançou na quarta-feira, 24, o Plano Nacional de Exportações (PNE), que prevê, entre outras medidas, a ampliação de US\$ 15 bilhões para o Fundo de Garantia às Exportações (FGE). O objetivo é incentivar o aumento da participação do Brasil no comércio exterior nos próximos anos.

A ampliação dos recursos, que constitui um dos pontos relevantes do PNE, se baseia no Programa de Financiamento às Exportações (Proex). O Proex tem uma linha de financiamento, denominada equalização, em que os exportadores são financiados por instituições financeiras estabelecidas no País ou no exterior.

O Proex arca com parte dos encargos financeiros incidentes, de forma a tornar as taxas de juros equivalentes às praticadas internacionalmente.

O ministro Armando Monteiro disse que o novo pacote está sendo lançado para acompanhar a tendência mundial de crescimento do comércio entre os países. Ele disse que o plano prevê aperfeiçoamento de mecanismos de financiamento, adequando-se às necessidades dos exportadores.

“O crescimento médio do comércio mundial é bem superior ao crescimento do Produto Interno Bruto [PIB] mundial. Considerando esse cenário, é evidente a oportunidade de lançar esta iniciativa, consubstanciada num plano.

O mercado internacional nos oferece mais oportunidades que riscos, temos espaço para ocupar, há um PIB equivalente a 32 brasis fora de nossas fronteiras e 97% do mercado consumidor está lá fora”, disse o ministro.

O Plano Nacional de Exportações se baseia em cinco estratégias: acesso a mercados; promoção comercial; facilitação de comércio; financiamento de garantias às exportações e aperfeiçoamento do sistema tributário relacionado ao comércio exterior.

O novo plano, que terá vigência até 2018, unifica pela primeira vez todas as ações e estratégias do País a para exportação de bens e serviços. O governo espera aumentar as exportações brasileiras com a ampliação do número de empresas que vendem para outros países, inclusive micro, pequenas e médias.

O plano também prevê medidas específicas para exportações do agronegócio e para recuperação das vendas externas de produtos manufaturados.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Brasil é a sétima economia do mundo, mas ocupa o 25º lugar no ranking de exportações.

Na elaboração do novo plano, o governo listou 32 países considerados prioritários para a ampliação das exportações brasileiras, entre mercados tradicionais – como os Estados Unidos – e emergentes.

Em 2014, de acordo com o governo, as exportações de produtos brasileiros somaram US\$ 225,1 bilhões. Este ano, até o dia 22 de junho, segundo dados do ministério, os embarques ao exterior chegaram a US\$ 88,331 bilhões e as compras externas, a US\$ 87,417 bilhões, com saldo positivo de US\$ 914 milhões na balança comercial.

O plano foi apresentado pelo ministro do MDIC, Armando Monteiro Neto, em cerimônia no Palácio do Planalto ao lado da presidenta Dilma Rousseff. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy – que lidera a equipe econômica do governo – não participou do anúncio.

O vice-presidente da República, Michel Temer, e o ministro de Orçamento, Planejamento e Gestão, Nelson Barbosa, participaram das solenidades, bem como representantes do setor produtivo.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, disse que o plano “confere papel estratégico e prioritário para a política comercial brasileira”.

Segundo ele, sem uma postura ativa, amparada em instrumentos que estimulem o acesso a novos mercados, “o País não alcançará posição no cenário global à altura da sétima maior economia do mundo”.

Para o economista Roberto Giannetti da Fonseca, consultor no setor exportador e ex-secretário da Câmara de Comércio Exterior (Camex), o plano é importante para “retomar a competitividade e o crescimento econômico do País”.

Volkswagen fechará terceiro turno no ABC

25/06/2015 - Fonte: Automotive Business



A Volkswagen e o sindicato dos metalúrgicos do ABC confirmaram na quarta-feira, 24, o fechamento do terceiro turno da fábrica Anchieta, em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista. A partir de 6 de julho, cerca de 1,8 mil trabalhadores serão dispensados de suas funções. A unidade é responsável pela produção dos modelos Gol, Saveiro e Saveiro Cross.

Por meio de sua assessoria, o sindicato informa que a princípio eles deverão ser realocados nos outros dois turnos que ainda operam na unidade, mas que empresa e representantes dos trabalhadores ainda negociam o futuro desses funcionários, decisão que deve ser definida nas próximas semanas, prevê o sindicato.

A negociação gira em torno da inclusão dos metalúrgicos do terceiro turno em regime de layoff, quando há suspensão do contrato de trabalho. O sindicato informa que não trabalha com a hipótese de demissão, uma vez que os trabalhadores têm estabilidade de emprego até 2019.

Segundo a assessoria, o sindicato manterá a prioridade pela manutenção dos empregos, mas admite que desde o fim da produção da Kombi e do Gol Geração 4 há um excedente de mão de obra na unidade, o que se agravou com o cenário de queda das vendas.

Durante a cerimônia que marcou o início da produção do motor turbo flex da montadora no Brasil, o presidente da Volkswagen no Brasil, David Powels, também admitiu a necessidade de reduzir os turnos na Anchieta diante da retração da demanda do mercado (leia [aqui](#)).

Atividade continua desaquecida na indústria da construção

25/06/2015 - Fonte: CNI

A atividade e o emprego na indústria da construção mantiveram a trajetória de queda em maio. O indicador do nível de atividade ficou em 37,7 pontos e o de evolução do número de empregados alcançou 36,6 pontos, informa a Sondagem Indústria da Construção, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta quarta-feira (24).

Os indicadores da pesquisa variam de zero a cem pontos. Quando estão abaixo de 50 são negativos. "Os resultados de maio expõem a manutenção do quadro de contração da indústria da construção e de pessimismo dos empresários do setor", analisa a CNI.

O indicador de uso da capacidade de operação ficou em 61%, pouco acima dos 60% registrados em maio. Com a ociosidade beirando os 40%, os empresários estão menos dispostos a investir.

O índice de intenção de investimentos caiu para 28,9 pontos, o nível mais baixo da série histórica que começou em novembro de 2013. As empresas de grande porte são as que estão menos propensas a investir.

Nas grandes indústrias, o indicador de intenção de investimento ficou em 27,8 pontos, nas médias, em 29,6 pontos, e, nas pequenas, em 31 pontos.

PERSPECTIVAS - A pesquisa mostra ainda que, apesar da leve melhora, os empresários continuam pessimistas. Todos os indicadores de expectativas para os próximos seis meses sobre a atividade, o emprego, os novos empreendimentos e serviços e as compras de matérias-primas e insumos ficaram abaixo dos 50 pontos, mostrando que as perspectivas seguem negativas.

Essa edição da Sondagem Indústria da Construção foi feita entre 1º e 12 de junho com 598 empresas, das quais 197 de pequeno porte, 272 médias e 129 grandes.

Redução de burocracia para exportações diminuirá custos da indústria, avalia presidente da CNI

25/06/2015 - Fonte: CNI

Simplificação das operações e ampliação dos mecanismos de financiamento do comércio exterior são pontos positivos do Plano Nacional de Exportações, afirma Robson Braga de Andrade.

“Precisamos urgentemente colocar as nossas empresas em nível de competir no mercado externo” - Robson Braga de Andrade.

A redução da burocracia aduaneira e a ampliação de mecanismos de financiamento e garantias à exportação devem melhorar as condições das empresas brasileiras de competir no comércio global.

A avaliação é do presidente da [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#), Robson Braga de Andrade. Para ele, as medidas incluídas no Plano Nacional de Exportações, lançado nesta quarta-feira (24), em Brasília, sinalizam melhoras nos instrumentos de política comercial, essenciais para ampliar a presença de produtos brasileiros no mundo.

“Precisamos urgentemente colocar as nossas empresas em nível de competir no mercado externo”, afirmou.

Andrade considera preocupante a baixa inserção de mercadorias nacionais no comércio mundial, aquém do potencial do país como sétima maior economia do mundo.

Parte dessa dificuldade se deve a elevados custos decorrentes de excessiva burocracia e condições de financiamento às exportações incompatíveis com o que os principais concorrentes do Brasil oferecem às suas empresas.

“A burocracia para o exportador tem um custo bastante elevado. Precisamos de políticas para sermos um ator global”, disse ele, depois da apresentação do Plano.

SIMPLIFICAÇÃO – O Plano Nacional de Exportações está estruturado sobre cinco pilares para estimular a venda de produtos brasileiros para países estratégicos: acesso a mercados, promoção comercial, financiamento e garantias à exportação, aperfeiçoamento de mecanismos e regime tributários e facilitação de comércio.

Nesse último pilar, Andrade destacou o fim da papelada em operações de comércio exterior, previsto para o fim deste ano, e a implantação do Portal Único, ferramenta que

permite a exportadores e importadores anexar eletronicamente, em um único processo, os documentos que hoje são analisados por 22 órgãos anuentes do governo.

No capítulo de regimes tributários, outro avanço apontado pela CNI está nas mudanças no *drawback*, regime especial que elimina ou suspende a tributação de insumos importados utilizados em mercadorias para exportação.

Segundo o plano, empresas com bom histórico tributário (cadastro positivo) e que recorram com frequência ao *drawback*, poderão ter autorização única. Hoje é exigida uma para cada operação de importação.

“Esses são pontos fundamentais para nós e permitirão que nossa indústria possa atuar melhor no mercado externo”, avaliou Andrade.

ACORDOS – A ampliação do número e tipos de acordos comerciais entre Brasil e parceiros estratégicos é outro ponto-chave nas propostas da CNI para ampliar a presença das empresas brasileiras no mercado global.

Em relação a esse tema, o Plano Nacional de Exportações coloca como prioritário a negociação do acordo com a União Europeia, já em curso, mas Andrade defendeu que o Brasil avance na discussão de um amplo acordo com os Estados Unidos.

“Esse é um grande mercado e sempre foi um grande parceiro comercial brasileiro”, concluiu.

Juros futuros sobem após números da arrecadação da Receita

25/06/2015 - Fonte: EXAME



Os juros futuros renovaram as máximas nesta quinta-feira, 25, após a arrecadação de impostos em maio ter ficado abaixo da mediana das estimativas. Além disso, a taxa de desemprego ficou mais alta em maio e acima da mediana das projeções. As taxas futuras subiam desde a abertura, impulsionados pelas preocupações com o ajuste fiscal e expectativa com o leilão de títulos do Tesouro.

Às 9h41, o DI para janeiro de 2017, de 14,06%, de 13,94% no ajuste de ontem. o dólar à vista no balcão operava estável, a R\$ 3,0870, na mínima.

Na quarta-feira, 24, à noite o governo sofreu uma derrota na Câmara com a aprovação da extensão do reajuste do salário mínimo a todos os aposentados e também com a aprovação do texto-base do projeto de lei que reduz a desoneração da folha de pagamento de mais de 50 setores da economia, que passou com tantas concessões, que deve resultar numa receita menor àquela inicialmente esperada pelo governo. A. Esse mercado também está atento à fala de Awazu.

O investidor também monitora declarações do diretor de Política Econômica do Banco Central, Luiz Awazu Pereira, ao mesmo tempo em que ingressam num dia de agenda carregada, que já conta com a divulgação da taxa de desemprego, que mostrou piora em maio, além de notícias também negativas no lado fiscal.

Em Lisboa, o diretor do BC entoou o mantra que vem sendo repetido por todos os membros do BC, de que "a política monetária está e continuará vigilante para assegurar convergência da inflação ao centro da meta no fim de 2016".

Mais cedo, o IBGE revelou que a taxa de desemprego apurada nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil ficou em 6,7% em maio, ante 6,4% em abril, dentro do intervalo das estimativas dos analistas ouvidos pelo AE Projeções, que esperavam taxa entre 6,10% e 6,80%, mas acima da mediana projetada, de 6,60%.

Investimentos brasileiros nos EUA crescem mais de 200% em 5 anos

25/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Os investimentos brasileiros nos EUA cresceram 221% entre 2007 e 2012. No início deste ano, empresas brasileiras estavam presentes em 29 dos 50 Estados americanos.

Os dados da pesquisa que mapeia os investimentos entre os dois países demonstram o crescimento da presença brasileira nos EUA às vésperas da visita da presidente Dilma Rousseff, na terça-feira (30), à Casa Branca.

O estudo foi encomendado pela agência de promoção comercial do governo brasileiro, a Apex, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Brazil Industries Coalition (BIC), associação patronal brasileira em Washington.

A pesquisa mostra que as empresas com controle acionário brasileiro já proporcionam 76 mil empregos ao mercado americano (empresas americanas são responsáveis por 598 mil postos de trabalho no Brasil).

O mapeamento pode ajudar o lobby brasileiro nos EUA. Outros países, como o Canadá, sabem exatamente em que distritos estão suas empresas, o que ajuda a perceber quais deputados podem se tornar seus aliados no futuro.

"Para promover as exportações brasileiras, remover barreiras regulatórias e promover investimentos, é bom ter esse radar monitorando quais são os congressistas nos distritos que recebem o impacto do investimento brasileiro", disse o presidente da Apex, David Barioni Neto.

"Surpreende a qualidade dos setores, todos de alto valor agregado, de lado a lado."

A assimetria entre o que um país investe no outro foi reduzida nos últimos anos. Se o estoque de investimentos em 2012, mostrava que para cada dólar brasileiro investido nos EUA, havia US\$ 35 americanos no Brasil, entre 2010 e 2012, essa diferença caiu para menos de três para um (o Brasil investiu nos EUA US\$ 5,8 bi, enquanto os EUA investiram US\$ 13,5 bi no mesmo período).

Líderes

Segundo o mapeamento, os maiores investidores nos EUA foram Petrobras, JBS e Gerdau; as americanas que mais investiram no Brasil foram a montadora GM, Nucor (metais), Archer Midlands (de energias renováveis), e a petrolífera Chevron.

O Texas foi o Estado americano que mais recebeu investimentos brasileiros, quase 25% do total. Junto a Flórida, Tennessee, Carolina do Norte e Nebraska, detém 50% do investimento brasileiro nos EUA.

Apesar do crescimento, o Brasil representa apenas 0,13% do estoque de investimentos estrangeiros nos EUA. Comparado a outros emergentes, o Brasil ainda está atrás de México (0,56%), China e Índia (0,19% cada) como os países com maiores investimentos nos EUA. Recentemente, a China aumentou muito seus investimentos no país.

Para a Ana Paula Repezza, gerente de estratégia de mercado da Apex, entender o cenário nos permite pensar em novas ações.

“Há 41 Estados americanos de onde sai o investimento no Brasil e 29 Estados americanos onde existe investimento brasileiro. Ou seja, há 12 Estados onde ainda não investimos onde há investidores que conhecem o Brasil e de onde poderiam sair novas parcerias e sociedades com grupos brasileiros.”

Fenacon sugere alterações na Lei Geral das MPEs

25/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Na tarde de quarta-feira (24), o diretor político parlamentar da Fenacon, Valdir Pietrobon, esteve reunido com o deputado João Arruda (PMDB / PR) para tratar de alterações no Projeto de Lei Complementar 448/2014, que altera a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Durante o encontro, Pietrobon entregou documento com sugestões da Fenacon ao projeto. “Discutimos alguns pontos que entendemos como de grande importância. Esperamos que seja incorporado ao texto da matéria”, disse

Renda média do brasileiro cai 1,9% em maio, mostra IBGE

25/06/2015 - Fonte: Agência Brasil



O valor do rendimento real habitual médio do brasileiro ficou em R\$ 2.117,10 no quinto mês de 2015Arquivo/Agencia Brasil

O rendimento real habitual médio do brasileiro caiu 1,9% em maio na comparação com abril, informou hoje (25) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O valor ficou em R\$ 2.117,10 no quinto mês de 2015. Em abril, a renda média era R\$ 2.158,74.

A queda em relação a maio do ano passado chegou a 5%: o rendimento registrado no período chegou a R\$ 2.229,28. A massa de rendimento médio real habitual, que totaliza a renda dos trabalhadores, recuou 1,8% na comparação com abril e diminuiu 5,8% em relação a maio do ano passado. O valor chegou a R\$ 48,9 bilhões em maio de 2015.

A queda do rendimento médio ocorreu em cinco das seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. A maior delas foi registrada em São Paulo (-3%). Em Belo Horizonte, a renda média caiu 2,9% e, em Salvador, 2,1%. Porto Alegre foi a única que registrou alta no rendimento, de 1%, na comparação com abril.

Quatro dos sete grupamentos de atividade estudados registraram quedas no rendimento, sendo a maior delas nos serviços prestados às empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira, com - 5,1% na comparação com abril e -9,2% em relação a maio do ano passado.